Sheila Marta Carregosa Rocha (Organizadora)



Políticas de Envelhecimento Populacional 2



Sheila Marta Carregosa Rocha (Organizadora)



Políticas de Envelhecimento Populacional 2



2019 by Atena Editora Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2019 Os Autores Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Chefe: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes Edição de Arte: Lorena Prestes Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani Universidade Federal do Tocantins
- Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof^a Dr^a Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Devvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias Universidade Estácio de Sá
- Prof. Dr. Eloi Martins Senhora Universidade Federal de Roraima
- Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
- Prof. Dr. Gilmei Fleck Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- Prof^a Dr^a Lina Maria Goncalves Universidade Federal do Tocantins
- Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva Universidade Federal do Maranhão
- Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
- Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Sandra Regina Gardacho Pietrobon Universidade Estadual do Centro-Oeste
- Profa Dra Sheila Marta Carregosa Rocha Universidade do Estado da Bahia
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino Universidade Salvador
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Prof. Dr. Antonio Pasqualetto Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná
- Profa Dra Diocléa Almeida Seabra Silva Universidade Federal Rural da Amazônia
- Prof. Dr. Écio Souza Diniz Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Dr. Fábio Steiner Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Profa Dra Girlene Santos de Souza Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Prof. Dr. Jorge González Aguilera Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Júlio César Ribeiro Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos Universidade Federal do Maranhão
- Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior Universidade Federal de Alfenas



Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto - Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Edson da Silva - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior - Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado - Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva - Universidade Federal do Piauí

Profa Dra Carmen Lúcia Voigt - Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas - Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas de envelhecimento populacional 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Sheila Marta Carregosa Rocha. – Ponta Grossa,
PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas de Envelhecimento
Populacional; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-777-2 DOI 10.22533/at.ed.772191311

1. Envelhecimento – Brasil – Estatísticas. 2. Idosos – Brasil – Condições sociais. I. Rocha, Sheila Marta Carregosa. II. Série.

CDD 305.260981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



APRESENTAÇÃO

A coleção "Políticas de Envelhecimento Populacional 2" é uma obra composta de quatro volumes que tem como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõe suas partes com seus respectivos capítulos. Cada volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que transitam nos vários caminhos da saúde pública e saúde coletiva.

Este segundo volume está dividido em 6 (seis) partes. A parte I contempla os Direitos da pessoa idosa e as Violências praticadas contra elas. A segunda parte discute a relação da família e da sociedade com a pessoa idosa. A terceira parte está voltada para os idosos que estão institucionalizados; a quarta parte para além da aposentadoria; a quinta parte rediscute gênero e sexualidade nas terceira, quarte e quinta idade; fechando a discussão deste volume com as tecnologias.

Tendo como objetivo central estruturar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos o sujeito de pesquisa é a pessoa idosa, e a linha condutora foi o aspecto relacionado ao envelhecimento ativo, repensando seus Direitos, as Violências sofridas, a relação da Família com a pessoa idosa e suas relações sociais; dialogando com a Institucionalização e o que fazer para além da aposentadoria, ainda contempladas as categorias de gênero, sexualidade e tecnologias, aproximando as temáticas relacionadas dessas categorias de análise científica.

Deste modo a obra Políticas de Envelhecimento Populacional 2, volume 2, apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos pesquisadores que, incansavelmente desenvolveram seus trabalhos, aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulgarem seus resultados.

Sheila Marta Carregosa Rocha

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA SAÚDE MENTAL DA PESSOA IDOSA	
Emily Caroline Thomaz de Paulo Roberta Machado Alves	
DOI 10.22533/at.ed.7721913111	
CAPÍTULO 2	8
PERCEPÇÃO DA PESSOA IDOSA ACERCA DO ESTATUTO DO IDOSO	
Maria Selma Lima Silva	
Ulisses Ayres de Freire	
Christiane kelen Lucena da Costa	
Zênia Trindade de Souto Araújo Douglas Pereira da Silva	
Sônia Mara Gusmão Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7721913112	
CAPÍTULO 3	16
PERFIL DOS CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS NA PARAÍBA	. 10
Janielle Tayares Alves	
Maria Joyce Tavares Alves	
Rodrigo Sousa de Abrantes	
Bruna Araújo de Sá	
Hyan Hesley Pereira Diniz Figueiredo	
Vitória Sales Firmino Irlla Jorrana Bezerra Cavalcante	
Açucena de Farias Carneiro	
Ana Cecília Gondim e Freire	
Brenda Emmily Lucena Matos da Costa	
Gustavo de Souza Lira	
Willyan Robson Silva Santos DOI 10.22533/at.ed.7721913113	
CAPÍTULO 4	. 27
VELHICE E VIOLÊNCIA: ESTADO E FAMÍLIA	
Amanda Maria Cunha Menezes	
Ana Virginia do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7721913114	
CAPÍTULO 5	39
VIOLÊNCIAS CONTRA AS PESSOAS IDOSAS: UMA ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
Stefani Monique Vasconcelos Silva	
Carolina Lima Amorim Caroline Malta Santos Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7721913115	
₽OLIV:EEUUV/QL:GU:IIE IV IV I IV	

PARTE 1 – DIREITOS E VIOLÊNCIAS CONTRAS AS PESSOAS IDOSAS

PARTE 2 – RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS COM AS PESSOAS IDOSAS
CAPÍTULO 650
ABANDONO PARENTAL DE IDOSOS EM CLÍNICA MÉDICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
Ana Patricia do Egito Cavalcanti de Farias Helaine Cristina Lins Machado Gerbasi Maria de Fátima Oliveira da Silva Vanessa Juliana Cabral Bruno de Moura
DOI 10.22533/at.ed.7721913116
CAPÍTULO 7
ELOS INTERGERACIONAIS: PROPOSTA DE ENVELHECIMENTO ATIVO EM UMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA
Simone Lima de Arruda Irigon
Denise de Barros Capuzzo DOI 10.22533/at.ed.7721913117
CAPÍTULO 8
HABILIDADES SOCIAIS NA TERCEIRA IDADE
Mickaelly de Alcântara Costa Laysla Lorane Pereira da Silva
Adriana Maria Pereira da Silva
Luciene Costa Araújo Morais
DOI 10.22533/at.ed.7721913118
CAPÍTULO 980
RELAÇÃO ENTRE IDADE, DEPRESSÃO E QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES DE MEIA IDADE E IDOSAS RESIDENTES EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO Lumena Cristina de Assunção Cortez Monara Monique de Queiroz Benedito Ingrid Guerra Azevedo Saionara Maria Aires da Câmara Luana Caroline de Assunção Cortez Corrêa Julianne Machado Bonfim Jucélia França da Silva Amanda Caroline Alves de Moura DOI 10.22533/at.ed.7721913119
CAPÍTULO 10
SAÚDE MENTAL DE AVÓS RESPONSÁVEIS POR SEUS NETOS Kay Francis Leal Vieira Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa Nadja Lais dos Santos Silva Josevânia da Silva
DOI 10.22533/at.ed.77219131110
PARTE 3 – INSTITUCIONALIZAÇÃO: QUALIDADE DE VIDA
CAPÍTULO 1195
CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA
Adriana Luna Pinto Dias

Guedijany Henrique Pereira Neyce de Matos Nascimento Edivan Gonçalves da Silva Júnior
Rafaella Queiroga Souto DOI 10.22533/at.ed.77219131111
CAPÍTULO 12106
CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDANTE DE MEDICINA NOS CUIDADOS PALIATIVOS DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NA PARAÍBA
Andressa Brunet Lessa Vanessa Souto Maior Porto Marianne Ribeiro Barboza Gaudêncio Rachel Cavalcanti Fonsêca
DOI 10.22533/at.ed.77219131112
CAPÍTULO 13114
INFLUÊNCIA DA DESNUTRIÇÃO NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO DA LESÃO POR PRESSÃO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: REVISÃO INTEGRATIVA Larrissa Mariana Bezarra França Danielle Martins do Nascimento Oliveira DOI 10.22533/at.ed.77219131113
CAPÍTULO 14
INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NA AUTONOMIA E NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS
Renata Oliveira Vale Caroline Nascimento Fernandes Lizianne de Melo Gaudêncio Torreão Yasmin Dantas Pereira Carmem Dolores de Sá Catão
DOI 10.22533/at.ed.77219131114
CAPÍTULO 15131
PERCEPÇÃO SOBRE O ENVELHECER DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PA
Dhully Gleycy Souza Carneiro Celina Maria Colino Magalhães
DOI 10.22533/at.ed.77219131115
CAPÍTULO 16140
RELAÇÃO DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS EM JOÃO PESSOA COM CÃES DE PEQUENO E GRANDE PORTE
Milane Sales de Souza Grazielly Diniz Duarte Soraya Abrantes Pinto de Brito
Felipe Eduardo da Silva Sobral DOI 10.22533/at.ed.77219131116
PARTE 4 – PÓS-APOSENTADORIA: E AGORA?
CAPÍTULO 17147
ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA NA DOCÊNCIA Miliana Augusta Pereira Sampaio

Paulo Fernando de Melo Martins DOI 10.22533/at.ed.77219131117
CAPÍTULO 18160
INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM SEGURADOS AFASTADOS DO MERCADO DE TRABALHO EM MUNICÍPIOS DE MAIOR PORTE POPULACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR
Kélin Gerusa Peters Franco Márcia Regina Carletto Erildo Vicente Muller Ricardo Santos Franco Noélly Cristina Harrison Mercer
DOI 10.22533/at.ed.77219131118
CAPÍTULO 19171
OS EFEITOS DA APOSENTADORIA NA VIDA DO IDOSO: UMA REVISÃO DE LITERATURA Elihab Pereira Gomes Livia Nascimento Rabelo Andressa Paiva Porto Ariel Morais de Andrade Ana Lúcia de Lima DOI 10.22533/at.ed.77219131119
PARTE 5 – PENSANDO GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENVELHECIMENTO
HUMANO
CAPÍTULO 20180
ABORDAGEM DA TEMÁTICA SEXUALIDADE COM MULHERES NA TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA
Hiagda Thaís Dias Cavalcante Elizana Mulato Guedes
Geni Karla da Silva Viana
Lillian Elizama de Abreu Oliveira Paula Beatriz de Souza Mendonça Wiziane Silvaneide Clementino da Silva
DOI 10.22533/at.ed.77219131120
CAPÍTULO 21188
AS ESCRITAS DO AMOR NA VELHICE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
Rosália Bianca Oliveira Alencar
Larissa Reis Alves Nathália Figueiredo
Edgley Duarte de Lima
DOI 10.22533/at.ed.77219131121
CAPÍTULO 22198
ENVELHECIMENTO E GÊNERO: A FEMINIZAÇÃO DA VELHICE
Yohana Tôrres Monteiro
DOI 10.22533/at.ed.77219131122

Denise de Barros Capuzzo

CAPÍTULO 23
FATORES QUE INFLUECIAM A SEXUALIDADE DA MULHER IDOSA: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA
Kamylla Amanda Almeida Araújo Campelo
DOI 10.22533/at.ed.77219131123
CAPÍTULO 24218
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E SEXUALIDADE DE IDOSOS VIVENDO COM HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE RECIFE - PE
Lenizane Vanderlei Cavalcante da Silva Rayssa Oliveira Burgo
Luciana Nayara Pereira de Mendonça Thais Monara Bezerra Ramos Thaysllanna Romena de Carvalho
Júlia Rafaelly de Matos Barbosa Jordão Lara Molina Aguiar
DOI 10.22533/at.ed.77219131124
CAPÍTULO 25
CAPITULO 25
Rafael Martins de Farias
Laysla Lorane Pereira da Silva
Adriana Maria Pereira da Silva Maria Ivaneide dos Santos
Renata Pimentel da Silva
DOI 10.22533/at.ed.77219131125
CAPÍTULO 26
SEXUALIDADE E PREVALÊNCIA DO HIV NO IDOSO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Yasmin Neri Onias
Heitor Goes de Araújo Medeiros Lorena Brasil Costa
Pâmela Cristina Gurjão da Silva
Maine Virgínia Alves Confessor
DOI 10.22533/at.ed.77219131126
CAPÍTULO 27246
SEXUALIDADE EM IDOSOS: TABUS E PRECONCEITOS
Emily Caroline Thomaz de Paulo
DOI 10.22533/at.ed.77219131127
PARTE 6 – AS PESSOAS IDOSAS E AS TECNOLOGIAS
CAPÍTULO 28253
AS INFLUÊNCIAS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA VIDA DA PESSOA IDOSA
Cleytson Barbosa de Lira
Ana Carolina Santiago Motta Raniere de Carvalho Brito
Barriere de l'advarido Borro
Regina Irene Diaz Moreira Formiga DOI 10.22533/at.ed.77219131128

CAPÍTULO 29
INCLUSÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA Ariel Moraes de Andrade Livia Nascimento Rabelo Andressa Paiva Porto Elihab Pereira Gomes Ana Lúcia de Lima DOI 10.22533/at.ed.77219131129
CAPÍTULO 30
NEUROCONEXÕES NA SENILIDADE APÓS ADVENTO DA INTERNET: ANÁLISE DA CURVA DE APRENDIZADO – REVISÃO DE LITERATURA Gilvan Gilson de Medeiros Júnior Marina Amorim de Souza Ahyas Sydcley Santos Alves DOI 10.22533/at.ed.77219131130
CAPÍTULO 31
O USO DAS TECNOLOGIAS LEVES COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA SAÚDE DO IDOSO: RELATO DE CASO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA Luana Karla de Moura Silva Bianca Vieira Sales da Silva Dayane Tavares Ferreira da Silva Joyce Ferreira Lopes Rafaela Porcari Molena Acuio DOI 10.22533/at.ed.77219131131
SOBRE A ORGANIZADORA293
ÍNDICE REMISSIVO
INDICE REMISSIVO294

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIAS CONTRA AS PESSOAS IDOSAS: UMA ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA

Sheila Marta Carregosa Rocha

Docente da UNEB/campus XX/Brumado- Ba, P.H.D. em Família na Sociedade Contemporâena; P.H.D em Sociologia do Envelhecimento; Doutora e Mestre em Família; Especialista em Direito Civil; Bacharela em Direito, sheila.carregosa@gmail.

Stefani Monique Vasconcelos Silva

Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, stefani vasconcelos@hotmail.com.br

Carolina Lima Amorim

Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, ca.lamorim@yahoo.com.br

Caroline Malta Santos Almeida

Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, carolmalta12@gmail.com;

RESUMO: No Brasil o índice alarmante de crimes cometidos contra as pessoas idosas vem crescendo descontroladamente, no qual, na maioria das vezes, os autores dessa "violência" são os próprios familiares. Esse fato por si só, comprova a necessidade das academias discutirem sobre o assunto e produzirem instrumentos aptos para controlar esse contexto caótico. As diversas formas de agressão a esse determinado grupo são evidenciadas, frequentemente, em abusos

físicos, psicológicos, sexuais, financeiros e em negligências que ficam neutralizadas, isto é, não chegam ao conhecimento dos órgãos e instituições. Além disso, pôde-se perceber que a criação de diversos tipos penais incriminadores não foram "capazes" de coibir toda essa catastrófica conjuntura, já que punir sem critério, sem medida e sem refletir sobre as condições da vítima, não são suficientes para produzir um resultado positivo na proteção de direitos fundamentais. Por fim, foi abordado que a complexidade de todas essas questões não foram sanadas pelo poder público, com uma política de intervenção e prevenção eficaz. Este artigo propõe toda essa reflexão, sendo utilizada a metodologia de abordagem qualitativa com o levantamento de referencial teórico e dados/elementos secundários veiculados em determinadas plataformas institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas idosas, Violência, Crimes contra os idosos, Políticas Públicas.

1 I INTRODUÇÃO

A população idosa no país aumentou consideravelmente, assim como em todo o mundo e diante dessa mudança nas gerações, gradual e crescente, houve também um maior interesse nas áreas de pesquisa, trazendo grandes avanços e uma urgência no tocante

a concretização dos direitos fundamentais, efetividade das políticas públicas e participação social.

O Estado juntamente com os dispositivos legais, a sociedade e a família concomitantemente, estruturam o eixo das instituições responsáveis. Apesar dos avanços, o despreparo das instituições e os sujeitos para lidar com o envelhecimento, nas questões sociais, físicas e emocionais tem feito crescer o conjunto de violências sofridas pelosidosos.

As discussões trazidas no presente artigo, visa debater as violências sofridas, os tipos e os seus efeitos na vida dos idosos, rediscutir o papel fundamental das políticas públicas, que sua ausência, principalmente voltada para a assistência e saúde, tem contribuído para que a população mais vulnerável fique exposta a violência social, física e psicológica, demonstrando que a violência estrutural é determinante.

Diante do levantamento bibliográfico e dos dados utilizados dos institutos, objetivou- se compreender no decorrer dos capítulos, o fenômeno da violência contra a pessoa idosa, os fatores que levam a essa violência e de que modo o poder público alcança na efetivação dos direitos da pessoa idosa.

2 I METODOLOGIA

Durante a confecção deste trabalho, que possui uma natureza quanti-qualitativa, pretendeu-se analisar não meramente dados ou estatísticas, e sim estabelecer um diálogo reflexivo acerca da violência – com o consequente surgimento dos delitos – que acometem as pessoas idosas.

Isso não significa que a pesquisa deixou de colacionar informações, referências ou elementos aptos a confirmarem os fatos aqui abordados. Contudo, o seu viés nitidamente qualitativo, vem demonstrar a necessidade dos grupos acadêmicos discutirem as causas, as consequências e as relações desses atos criminosos contra os idosos, e não apenas analisar números.

Infere-se que a utilização de dados quantitativos de fonte secundária, são muitas vezes estatísticas que representam, somente, aquelas condutas que chegaram até o conhecimento do poder público – não correspondendo ao contexto fático real.

Além disso, este estudo visa abordar a (in)eficácia das políticas públicas voltadas para a complexidade dos episódios infracionais, tanto na etapa de prevenção e repressão, quanto na fase de restauração da integridade das vítimas.

Vale mencionar também, que o emprego do método indutivo baseou-se nos registros que afligem a comunidade e o estado, visto que, o aumento desenfreado de determinadas condutas delituosas demandam uma atitude estatal.

Ainda no tocante ao método, é necessário enfatizar que para a construção deste artigo, adotou-se uma postura dialógica, ou seja, há uma pequena conexão interdisciplinar entre a área jurídica criminal com os ramos da sociologia e psicologia,

mediante a aplicação da ferramenta da revisão literária.

Por fim, relativamente a estratégia técnica manipulada nesta pesquisa, adotouse a do levantamento de referencial teórico e o exame de elementos secundários veiculados em determinados institutos e órgãos (sites).

3 I VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Devido à idade, a pessoa idosa passa a ser vista como alguém vulnerável emocional e fisicamente, considerando-se que há um certo declínio da motricidade, o que acarreta a dificuldade de autodefesa, tendo em vista a redução da força e velocidade, bem como é crescente a dependência e necessidade de confiança nas pessoas ao seu redor, que acabam muitas vezes se aproveitando de tais circunstâncias, levando a ocorrência de violência intra e extrafamiliares, sendo as primeiras as mais recorrentes.

Entretanto, é equivocada a comum ideia de que a violência restringe-se à violação física. Para além dessa modalidade, há ainda a discriminação sofrida em decorrência à idade, a negligência das pessoas que deveriam prestar-lhes cuidado, assim como a violência financeira, psicológica e até o abuso sexual, entre outras de menor ocorrência, que acabam por representar "risco de acarretar, um prejuízo físico, sexual ou psicológico; [...] privação arbitrária da liberdade, tanto no âmbito vida pública como privada" (ONU, 2002, cit. em Sénat, 2003: 18).

No mesmo sentido art. 4º da Lei nº 10.741 de 2003 menciona que "Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.". Assim sendo, algumas destas modalidades merecem destaque e serão analisados a seguir, em conjunto aos crimes em espécie dispostos na Lei em comento, de modo que uma modalidade não afasta a incidência de outra, podendo haver vários tipos de violências abrangidas na conduta delituosa.

3.1 Tipos de violências

Os crimes trazidos pelo Estatuto do Idoso a partir de seu art. 95 são de Ação Penal Pública Incondicionada, assim sendo, o Ministério Público é quem deverá promover a ação na defesa da pessoa idosa, não sendo necessário que a vítima demonstre interesse na representação contra os tipos de violência demonstrados a seguir Salienta-se ainda que, de acordo com o art. 95 do Estatuto do Idoso, os crimes lá previstos não terão incidência das escusas absolutórias previstas no art. 181 do Código Penal, de forma a não haver a exclusão da punibilidade das condutas realizadas por cônjuge, ascendente ou descendente contra o idoso.

3.1.1 Discriminação à pessoa idosa e violência psicológica

A violência psicológica é caracterizada por todo e qualquer ato que possa vir a gerar algum tipo de dano psicológico na vítima. Ações como ameaça, discriminação, humilhação e manipulação da pessoa idosa, estão inclusas nesta modalidade.

Tipificada pelo art. 96 e seus parágrafos, a discriminação ocorre quando, em decorrência da idade, há o impedimento ou restrição ao exercício da cidadania, como o acesso à meios de transporte e a realização de contratos e operações bancárias. Igualmente caracteriza-se quando há humilhação e discriminação da pessoa idosa por qualquer motivo, incubindo-se à pena reclusiva de 06 (seis) meses a 1 (um) ano acrescidos de multa, que é majorada em (um terço) se o agressor era responsável ou estava incubido de cuidados para com a vítima.

3.1.2 Omissão de socorro à pessoa idosa - negligência e abandono

Deixar de prestar assistência ao idoso em iminente perigo, quando teria condições de fazê-lo sem risco pessoal, bem como recusar-se, prolatar ou dificultar imotivadamente a assistência à saúde, ou até deixar de solicitar ajuda das autoridades públicas competentes, enquadram-se no mesmo crime de omissão de socorro, previsto no art. 97, negligência sendo sendo passível de detenção de 06 (seis) meses à 1 (um) ano, acrescido de multa, vindo a ser aumentada em metade se da omissão ocasionar lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resultar a morte da vítima.

Isto posto, tal omissão integra-se à modalidade de negligência e abandono quando parte de quem teria o dever legal e/ou moral de responsabilidade para com o idoso, de forma a deixar de prestar-lhe os devidos cuidados, como segurança, alimentação, habitação e medicamentos adequadamente ministrados.

Do mesmo modo, deixar a pessoa idosa isolada, sem comunicação com a família e amigos, com ausência de afeto, como ocorre no abandono de idosos em hospitais, ou nos

famosos asilos, enquadra-se nos crimes previstos nos art. 98 e 99 do Estatuto do Idoso, que são passíveis de detenção.

3.1.3 Violência Financeira

Inicialmente, importa observar o inciso III do artigo 183 do Código Penal, cuja redação disciplina que "Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: [...] III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.", quedando- se por afastar a aplicação das imunidades absolutas previstas nos arts. 181 e 182 do referido Código, que determinam a isenção de pena para crimes patrimoniais praticados por pessoas com relação de parentesco para com a

42

vítima.

Assim sendo, qualquer pessoa pode ocupar o pólo ativo, sendo responsabilizada pelas condutas contra a pessoa idosa, de forma que o laço sanguíneo ou por afinidade não configuram escusa ou aval para a realização dos atos violentos.

Cabe destacar ainda, que aplica-se à mulher idosa a definição de violência patrimonial praticada contra a mulher, regulamentada no inciso IV do art. 7° da Lei n° 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a saber:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades:

Ademais, a violência financeira contra os idosos é uma das modalidades que mais tem crescido em número de incidência. Neste sentido, o Estatuto do idoso tipifica, a partir de seu art. 102, as condutas que se enquadram ao conceito de violência patrimonial contra a pessoa idosa, como por exemplo a retenção do cartão de aposentadoria, bem como a apropriação de quaisquer outros rendimentos do idoso, dando a estes aplicação diversa de sua finalidade, qual seja, o benefício da pessoa idosa titular dos referidos proventos.

Isto posto, pode-se afirmar que o abuso econômico caracteriza-se quando da exploração dos bens e benefícios econômicos da pessoa idosa, sendo no seio familiar o ambiente de maior incidência, em âmbito doméstico, por seus próprios filhos, que podem ser levados a prática dos atos fraudulentos devido ao desemprego ou separação, situação em que passam a ser novamente sustentados pelos pais, situação muitas vezes cumulada ao consumo de álcool e demais drogas.

3.1.4 Violência física e sexual

A conhecida vulnerabilidade física e emocional da pessoa idosa leva-a a ser considerada como uma potencial vítima, de forma que o agente se utiliza de sua força para coagir o idoso a fazer ou deixar de fazer algo em seu benefício ou de outrem.

Consequentemente, a violência sexual queda-se por ser uma modalidade de violação física, na qual há qualquer tipo de ato sexual sem que tenha havido o consentimento da vítima. Desse modo, a violência física pode ser compreendida como todo e qualquer tipo de agressão e violação corpórea.

4 I (IN)EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Federal de 1988, traz expressamente direitos e garantias aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, tem como objetivo fundamental a promoção do bem-estar de todos e a não discriminação ou preconceito em face

43

da idade, afirma também que a dignidade da pessoa humana e a cidadania são fundamentos do Estado Democrático de Direito. Inúmeros são as garantias feitas pela Constituição Cidadã, contudo não houve apenas disposições genéricas em que pudessem ser incluído os direitos dos Idosos. O artigo 229, estabelece aos filhos maiores o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade, bem como o art. 230 que assegura a cidadania, o bem-estar e direito à vida.

É pertinente o destaque também da proteção constitucional, nos artigos 127 e 129, da importância do Ministério Público na defesa dos direitos coletivos da sociedade, inclusive dos idosos. No âmbito dos direitos individuais, os idosos hipossuficientes contam com o apoio da Defensoria Pública, assegurado no artigo 134. As atividades do Ministério Público e da Defensoria Pública são essenciais para viabilizar o acesso dos idosos à justiça, e as principais demandas perante esses órgãos são: a violências financeiras, principalmente ilegalidades de empréstimos consignados e abusos do plano de saúde e a questão dos transportes urbano, intermunicipal e interestadual.

Em consonância com a Constituição Federal houve a criação da Lei Federal 10.741/03, Estatuto do Idoso, que se tornou um importante instrumento das garantias e regulamentação dos direitos do grupo, onde a família, sociedade e o Estado, devem se articular de forma interligada para o atendimento e efetividade das Políticas Públicas, evidenciando o idoso como parte integrante da sociedade.

A lei 10.741/03, traz medidas de proteção à pessoa idosa, possui o objetivo de punir aquele que violar e ameaçar seus direitos por ação ou omissão, seja essa praticada pelo Estado, família ou sociedade. Nos seus artigos 96 a 106 traz as penas para cada tipo de lesão, como já demonstrada no presente artigo. Não obstante, somente a legislação não é suficiente, é imprescindível o cumprimento desta. O que é demonstrado é a inefetividade das políticas públicas, descaso, abandono e violência contra os idosos.

Mesmo com os avanços constitucionais, reafirmados com a legislação complementar, os problemas citados não impediram que os idosos permaneçam reclusos em seus lares, com escasso acesso a recursos institucionais que efetivamente assegurem seus direitos. A ausência de políticas públicas contundentes, negligência do Estado atenuada com a desigualdade social do país, e com um envelhecimento recente são determinantes para os mais diversos tipos de violência.

Portanto, a violência sofrida com o idoso deve ser notificada, como exige a lei, pois tem um papel fundamental para o combate desta. Porém não somente com a função punitiva, mas que a notificação seja instrumento de proteção, medidas preventivas que permita articular ações que promova diálogos, encontros e seminários voltados para os idosos e suas relações afetivas e que essas medidas tenham mais abrangência entre os idosos, que muitas vezes não alcançam esse direito.

44

5 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência contra a pessoa idosa ocupa o segundo lugar entre o número de denúncias à ouvidoria Nacional do Ministério de Direitos Humanos (MDH), através do Disque 100, tendo registrado em 2017 o quantitativo de 33.133 (trinta e três mil, cento e trinta e três) denúncias, ficando atrás apenas das denúncias de violações a crianças e adolescentes.

Grupo	2017	%
Crianças e adolescentes	84049	58,91%
Pessoa idosa	33133	23,22%
Pessoas com deficiência	11682	8,19%
Outros	5509	3,86%
Pessoas em restrição de liberdade	4655	3,26%
LGBT	1720	1,21%
População situação de rua	996	0,70%
Igualdade Racial	921	0,65%
Total	142665	100,00%

Tabela 1. Denúncias por grupo de violação, em 2017.

Fonte: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf

Quanto às modalidades de violência mais recorrentes, tem-se que em 2016 e 2017, o maior número de denúncias foram registradas para casos de negligência, a seguir da violência psicológica, abuso financeiro, e, por fim, a violência física e outras violações de menor incidência.

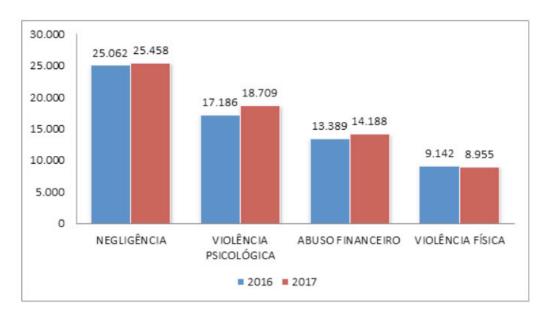


Gráfico 1: Tipo de violação - Pessoa idosa

Fonte: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf

Na relação entre suspeito e vítima, de acordo com os registros perante a ouvidoria, conclui-se que o maior número de incidência ocorre tendo como agente o(a) próprio(a) filho(a) da vítima, corroborando para o entendimento de que a maior parte das agressões vem da própria família, e ocorrem dentro da própria residência da pessoa idosa

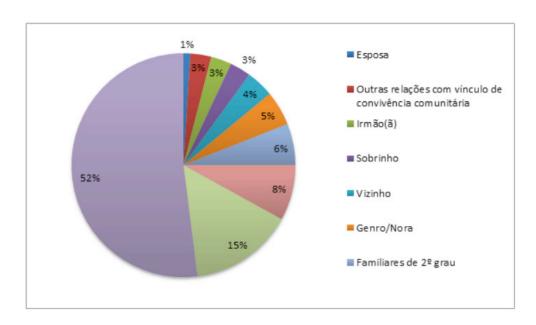


Grafico 2: Relação entre o suspeito e vítima - Pessoa idosa

Fonte: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados quantitativos demonstram que o Estado e a Sociedade precisam

adotar protocolos de prevenção na violência contra a pessoa idosa, que envolve uma série de variáveis – desemprego, drogas lícitas e ilícitas, doenças psíquicas, falta de moradia, aposentadorias e pensões com valores pequenos, dentre outros.

É perceptível que a sociedade necessita discutir cada vez mais sobre o assunto aqui abordado, ampliando mecanismos de intervenção para coibir esses crimes contra as pessoas idosas, bem como, é imprescindível que a máquina estatal patrocine políticas públicas efetivas que impeçam essa situação caótica de prosperar.

Todavia, com a criação desse rol de delitos, o estado apenas gerou um novo sistema repressivo de condutas, lançando no corpo do texto legal tipos penais distintos. Ocorre que, essa nova sistemática, na prática, apenas gerou o afastamento familiar e a punição dos agressores, sem amparar os verdadeiros protagonistas: os idosos.

Esses recentes delitos, resultaram mais uma vez em uma mera manifestação simbólica do direito penal, sem que com isso pudesse produzir medidas permanentes e eficientes para conter o cometimento das infrações.

Além disso, não se pode perder de vista que o conceito de família vem percorrendo caminhos distintos, com grandes transformações, e, por isso, é fundamental inserir tanto nos ambientes acadêmicos como também fora da academia, diálogos, produção de cartilhas/cartazes, palestras, campanhas e debates, para que se possa, reconsiderar o contexto da educação na relação entre maternidade e filiação.

A convivência familiar não é uma questão saudável, mas muito conflituosa, que com o passar do tempo vai se agravando, e uma violência psicológica se desenvolve numa física, sexual, financeira, negligência até culminar no abandono.

Essa crescente demanda de delitos que acometem os cidadãos idosos, enseja ser pesquisada e exteriorizada como uma esfera de estudo científico, uma vez que é questionado em várias pesquisas a derrocada e falência dos valores que percorrem as relações intrafamiliar e intergeracionais.

Uma sociedade consumista e um Estado que incentiva o empreendedorismo, por conseguinte, o consumo, precisa manter o capital circulando em detrimento dos valores morais e afetivos.

Os números apontam para uma realidade previdenciária de aposentadorias e pensões que não cobrem as necessidades básicas de uma pessoa idosa que tem gasto exorbitante com a saúde, ou melhor, a falta dela.

Também apontam para uma permanência maior dos filhos em casa, desempregados ou dependentes químicos, sustentados pelos valores dessas reformas. Assim, a pessoa idosa vive mal e ainda precisa sustentar a família.

Os diversos modelos de família demonstram a falência da família clássica ou tradicional, com uma rede de parentesco grande, mas que termina não apoiando a pessoa idosa. Geralmente uma filha ou neta que cuida da pessoa idosa, porque os outros não têm tempo, precisam trabalhar e sustentam suas famílias.

Ademais, mesmo que se acredite que parte dos idosos conhecem a

regulamentação do seu Estatuto, não se deve desconsiderar que uma grande parcela desse público desconhece por completo a existência dessa legislação que protege e ampara o seus direitos.

Na verdade, no Brasil, a violência existente contra as pessoas idosas é invisível para uma ampla fração da população, já que as vítimas não denunciam e as "testemunhas" silenciam. Portanto, é necessário haver divulgação de amplo espectro, concreta, real e eficaz, para conscientizar, não apenas o público alvo, mas toda a população brasileira Até o presente momento, não há uma ação preventiva e interventiva do governo brasileiro, visto que, as políticas assistencialistas existentes estão direcionadas, apenas, para moradia e cesta básica.

Contudo, ter onde residir e ter o que comer, são fatores insuficientes para garantir a observância de todos os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente. Pensar em ações para diminuir a violência é oferecer um mercado de trabalho digno, educação, segurança, saúde, saneamento básico, acessibilidade, cultura, lazer, entre outros.

Por fim, é essencial ressaltar que se faz indispensável criar mecanismos para que incentive gradativamente as denúncias contra as agressões em face dos idosos, visto que instrumentos como o Disque Idoso, e instituições como Delegacias e Promotorias especializadas podem controlar a incidência desses delitos.

No entanto, focalizar as atenções apenas na punição desenfreada, não é o caminho, já que essas situações de violência, ensejam a elaboração de procedimentos que ofereçam também um apoio psicossocial as vítimas.

Ademais, locais como Instituições de Longa permanência parecem ser uma saída para o cuidar em um ambiente saudável, com mais atenção básica que a pessoa idosa necessita. Outro sistema que funciona de uma forma mais autônoma é o cohousing, uma espécie de condomínio voltado para esse público, que convive com seus pares, de forma independente, mas com atividades em comum, a exemplo da alimentação, lazer e cultura.

Viver mais e com qualidade de vida significa se afastar dos possíveis agressores; criar metas e objetivos, substituir alimentos, exercitar o corpo e fazer bem a alma.

REFERÊNCIAS

ALENCAR JÚNIOR, F. de O. MORAES, J. R. de. **PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS COMETIDA POR PESSOAS DESCONHECIDAS**. In:. Epidemiol. Serv. Saúde 27 (2) 11 Jun 2018. https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200009. https://www.scielosp.org/article/ress/2018.v27n2/e2017186/ Acesso em 05 de abril de 2019.

BRASIL, 2018. BALANÇO OUVIDORIA - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS – Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao cidadao/ouvidoria/dados- disque-100/relatorio-balanco-digital. pdf. Acesso em 17 de março de 2019.

CAMARANO, A. A. **ESTATUTO DO IDOSO: AVANÇOS COM CONTRADIÇÕES**. In:. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765. Disponível em: http://www.ampid.org.br/v1/wp- content/uploads/2014/08/td_1840. pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

CRIPPA, A. ROHDE, K. L. C. SCHWANKE, C. H. A. FEIJÓ, A. G. dos S. VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA A PARTIR DA ANÁLISE DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/24134/15 399. Acesso em 08 de maio de 2019.

DIWAN, A. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ASPECTOS CRIMINAIS DO ESTATUTO DO IDOSO: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS PENAIS DA LEI 10.741/2003. Disponível em: https://albertodiwan.jusbrasil.com.br/artigos/194559195/breves-consideracoes-acerca-dos- aspectos-criminais-do-estatuto-do-idoso. Acesso em 18 de abril de 2019.

LOPES, E. D. de S. FERREIRA, Á. G. PIRES, C. G. MORAES, M.C. S. D'ELBOUX, M. J. MAUSTRATOS A IDOSOS NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. In:. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2018; 21(5): 652-662. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v21n5/pt_1809-9823-rbgg-21-05-00628.pdf. Acesso em 05 de maio de 2019.

RITT, C. F. DA COSTA, M. M. M. O ESTATUTO DO IDOSO E O COMBATE À VIOLÊNCIA: PRINCIPAIS ASPECTOS DA PARTE PENAL. Disponível em :http://www.mpgo.mp.br/portal/system/resources/W1siZilsljlwMTMvMDQvMjUvMTZfMjdfNTZfNjQyX09fRXN0YXR1dG9fZG9fSWRvc29fZV9vX2NvbWJhdGVfXHUwMGUwX3Zpb2xcdTAwZWFuY2lhX2NvbnRyYV9vX2lkb3NvLnBkZiJdXQ/O%20Estatuto%20do%20 Idoso%20e%20o%20combate%20%C3%A0%20viol%C3%AAncia%20contra%20o%20idos o.pdf. Acesso em 06 de maio de 2019

ROCHA, S. M. C. A RELAÇÃO AGRESSOR-VÍTIMA NA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS IDOSAS. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV075_MD2_SA4_ID411 _13102017110730.pdf . Acesso em 07 de maio de 2019.

_____. A CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA COMO PROTEÇÃO ESTATAL E INCLUSÃO SOCIAL.2010. Disponível em: http://www.aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2010/04.%20ROCHA.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

SÉNAT. "Rapport de la commission d'enquête sur la maltraitance envers les personnes handicapées accueillies en établissements et services sociaux et médico-sociaux et les moyes de la prévenir, créée en vertu d'une résolution adoptée par le Sénat de 12 décembre 2002", 2003. Disponível em: http://www.senat.fr/rap/r02-339-1/r02-339-11.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2019.

SILVA, C. F. S. DIAS, C. M. de S. B. **Violência Contra Idosos na Família**: Motivações, Sentimentos e Necessidades do Agressor. In:. Psicologia: Ciência e Profissão Jul/Set. 2016 v. 36 n°3, 637-652. DOI: 10.1590/1982-3703001462014 http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0637.pdf. Acesso em 04 de abril de 2019.

SOARES, J. DE F. **DOS CRIMES CONTRA OS IDOSOS**. In: Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza/Ceará - ISSN 2236-6717. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/artigo/dos-crimes-contras-os-idosos. Acesso em: 07 de maio de 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

SHEILA MARTA CARREGOSA ROCHA - Possui graduação em Direito pela Faculdade Integrada da Bahia (FIB, 2005), e em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (1994). Em 2002 especializou-se em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; em 2003, especializou-se em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em novas tecnologias, pela Faculdade Baiana Batista; e em 2006, foi a vez de concluir a Especialização em Direito Civil pela Faculdade Federal da Bahia. Obteve seu Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea iniciando sua investigação sobre o Envelhecimento Humano, na perspectiva da Dignidade da Pessoa Idosa no Mercado de trabalho (2013) e o Doutorado na mesma linha investigativa com recorte temático para violência contra as pessoas idosas, em estudo comparado entre Brasil e Portugal (2015) pela Universidade Católica do Salvador. Doutorado Sanduíche foi realizado na Universidade do Porto em Portugal, sob a orientação da Profa. Dra. Isabel Dias. Retornando ao Porto, para o Pós-Doutoramento em Sociologia do Envelhecimento (2018), sob a temática da Rede Internacional de Universidades Sêniores. O segundo Pós doutoramento foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (2018), trabalhando com o projeto voltado para a Família com idosos, de idosos e para idosos, investigando as diversas formas de família, inclusive as ILP's. Palestrante nacional e internacional com experiência nas áreas de Envelhecimento Humano. Atua como Pesquisadora na Universidade do Estado da Bahia, onde leciona as disciplinas no curso de Direito, e desenvolve projetos de extensão voltados para a Terceira idade, como projeto Fala Ama, na rádio Nova Vida, Coordena o curso de especialização em Direitos Humanos da Universidade Católica do Salvador e a Especialização em Direito Processual Civil na FTC (faculdade Tecnológica da Bahia. Atualmente a autora tem se dedicado às pesquisas sobre Direitos Humanos das Pessoas Idosas, moradia, cohorsing, tecnologias para o Envelhecimento com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais. Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/0923215762577109

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Animais terapeutas 140, 142

Ansiedade 18, 50, 54, 74, 87, 89, 92, 93, 141, 144, 172, 246, 278, 282

Aposentadoria 43, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 167, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 195, 199, 269

Autonomia pessoal 124

Avôs 57, 61, 63

C

Cães 140, 142, 143, 144, 145, 146
Carreira 18, 25, 52, 55, 147, 158, 229, 234
Cuidados paliativos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

D

Deficiência intelectual 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Depressão 4, 5, 7, 18, 32, 50, 54, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 116, 124, 128, 129, 133, 141, 158, 172, 282, 289

Desnutrição 114, 116, 117, 120, 121, 123

Ε

Efeitos da aposentadoria 171, 173, 178

Enfermagem 25, 26, 50, 52, 54, 55, 56, 69, 80, 105, 118, 123, 129, 138, 139, 180, 181, 182, 183, 186, 206, 211, 214, 215, 216, 217, 227, 234, 235, 251, 263, 264, 292

Estado 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 22, 25, 27, 28, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 44, 46, 47, 52, 57, 58, 74, 82, 84, 86, 92, 98, 99, 104, 107, 115, 116, 119, 120, 123, 129, 133, 134, 135, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 175, 193, 198, 199, 208, 221, 222, 267, 268, 279, 281, 283, 293 Estatuto do idoso 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 24, 28, 34, 37, 41, 42, 44, 48, 49, 52, 55, 125, 157, 199, 244, 257, 260, 263, 268, 271, 274

Estresse 87, 89, 90, 91, 92, 93, 141, 163, 169, 282

Estudantes de medicina 106, 110, 111, 113

F

Família 6, 9, 10, 23, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 63, 64, 65, 67, 69, 73, 75, 76, 78, 84, 85, 86, 93, 97, 102, 105, 111, 112, 125, 134, 136, 154, 155, 156, 158, 176, 180, 182, 183, 184, 186, 202, 206, 212, 213, 214, 230, 234, 242, 250, 259, 285, 286, 287, 288, 292, 293

G

Grupo de convivência 69, 71, 212

н

Habilidades sociais 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79

Idosas 2, 4, 5, 6, 10, 11, 28, 30, 34, 35, 36, 39, 40, 47, 48, 49, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 97, 105, 133, 138, 150, 153, 180, 182, 183, 186, 187, 189, 192, 201, 202, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 216, 217, 227, 234, 235, 249, 251, 254, 258, 268, 271, 272, 293

Idoso 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 81, 86, 95, 97, 98, 103, 106, 114, 115, 117, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 146, 150, 151, 157, 158, 171, 173, 176, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 205, 218, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 247, 250, 251, 255, 256, 257, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 274, 275, 276, 280, 281, 283, 285, 286, 288 Idoso fragilizado 95

Idoso no Brasil 26, 171, 173, 178, 179, 266

Idosos 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 64, 69, 71, 72, 79, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 257, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 279, 280, 281, 282, 284, 288, 293 Idosos institucionalizados 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 115, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 140, 141, 142, 146 Institucionalização 35, 97, 102, 103, 115, 124, 126, 132, 141, 161 Institucionalizado 95, 121, 124, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 146 Instituição de longa permanência 25, 104, 105, 106, 117, 130, 137 Instituição de longa permanência para idosos 28, 114, 117 Intergeracional 57, 58, 59, 60, 61, 63, 67, 259

L

Lesão por pressão 114, 115, 117

M

Maus-tratos ao idoso 17

N

Não institucionalizado 131, 134, 135, 136

Netos 28, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 75, 78, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 193, 268

P

Percepção 8, 9, 12, 14, 15, 50, 54, 58, 62, 70, 84, 110, 112, 124, 125, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 147, 148, 154, 156, 158, 164, 169, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 192, 201, 206, 212, 214, 215, 249, 251, 259, 283

Pirâmide etária 171, 172, 173, 174, 176, 282

Psicologia 1, 7, 15, 26, 38, 40, 49, 67, 69, 71, 73, 79, 93, 95, 137, 158, 160, 179, 188, 190, 191, 194, 196, 211, 216, 217, 227, 234, 235, 244, 246, 252, 253, 255, 256, 263, 264, 275, 280, 284

Q

Qualidade de vida 14, 16, 20, 21, 23, 24, 31, 48, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 92, 93, 103, 106, 108, 110, 111, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 137, 138, 139, 143, 146, 150, 152, 154, 156, 160, 162, 169, 170, 172, 181, 193, 199, 207, 215, 223, 226, 227, 234, 242, 243, 244, 247, 250, 251, 259, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 277, 279, 282, 289, 290

R

Revisão sistemática 2, 188, 190, 191, 197, 234, 253, 254, 255, 256, 263, 264, 265

S

Saúde do idoso institucionalizado 95, 121

Sexualidade 180, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252

T

Terceira idade 1, 6, 18, 23, 24, 38, 68, 69, 71, 72, 74, 78, 79, 85, 125, 126, 129, 131, 132, 138, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 196, 197, 218, 222, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 239, 243, 246, 252, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 283

Trabalho docente 147

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 92, 97, 293

Z

Zooterapia 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Agência Brasileira do ISBN ISBN 978-85-7247-777-2

